

Memória, espaço e relações de gênero a partir das ruas Generina Vale e Júlia Medeiros

Manoel Pereira da Rocha Neto

Universidade Potiguar

Cláudia Medeiros de Araújo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Os nomes das ruas estão ligados à memória da cidade. Posto isto, é importante destacar que Caicó (RN) só passou a possuir ruas com denominações femininas a partir do ano de 1973. Essas ruas se denominam Generina Vale e Júlia Medeiros. Nesse sentido, o que sugerimos nessa comunicação é tomar dois antropônimos como lugar de memória, ou seja, o espaço e a sua nomeação como mensageiros e difundidor da memória coletiva da cidade. Assim, dividiremos esse artigo em dois momentos. No primeiro, discutiremos o porquê dos lugares serem nomeados, a prática de nomear os lugares, como também abordaremos o processo de escolha dos nomes dos lugares de uma cidade. No segundo momento, por sua vez, apresentaremos as trajetórias de vida de Generina Vale e Júlia Medeiros, enfatizando a configuração social. Destacamos também os motivos pelos quais elas foram homenageadas com nomes de ruas, como também encontraremos a possibilidade de discutir sobre as questões de gênero, da realidade da mulher brasileira e por extensão a mulher caicoense.

Palavras Chave: Toponímia feminina. Caicó. Gênero.

O QUE SE ENCONTRA POR TRÁS DOS NOMES DOS LUGARES?

Quando vamos a primeira vez em algum lugar, que não conhecemos, a primeira coisa que fazemos é saber o endereço, certo?! A partir dessa realidade tão comum no nosso dia a dia, passamos a questionar por que nomeamos todos os lugares? Conforme Santos (2008, p.27), “a nominação de lugares acompanha a atividade humana desde tempos imemoriais. Nomeiam-se tanto os seres humanos quanto os lugares, permitindo-se a individualização e a conseqüente identificação unívoca das pessoas e dos lugares”.

Santos (2008) ainda assinala que os nomes dos lugares se constituem em documentos históricos que revelam acontecimentos ocorridos em outros períodos. Ou seja, podemos afirmar que os nomes presentes nos mapas apresentam aspectos da história, simboliza grandes feitos, homenageia nossos “heróis”, representa nossa identidade cultural enfim, podemos assegurar que o tempo e a memória se inscrevem através desses nomes no espaço.

Ainda é importante focar que a prática de nomear lugares deu origem à toponímia¹ que possibilita reconstruir aspectos do passado histórico e de valores culturais de um grupo social que residiu ou reside numa determinada área. De acordo com Sousa

¹ Toponímia (*Topos*: lugar + *Onyma*: nome). Disciplina que estuda a origem e a significação dos nomes de lugares, a qual compete à disciplina Onomástica que é uma seção da filologia que pesquisa os nomes próprios. Localiza-se no âmbito da Lingüística designado Lexicologia.

(2008), a língua conjectura as expressões sócio-culturais, as perspectivas e os ideais de um povo. Assim o estudo da língua, possibilita descobrirmos acontecimentos históricos.

Sendo os topônimos concebidos como sendo bens patrimoniais, eles estão sujeitos às implicações do tempo: às permanências, às mudanças, ao esquecimento do seu sentido original, uma vez que se esquia dos acordos e da memória do povo. Esses aspectos possibilitam afirmar que a Toponímia possui duas dimensões: uma que se refere a nomeação de dado espaço geográfico (função toponímica) e outra no que diz respeito ao tempo (memória toponímica).

A prática de nomear locais públicos gerou uma tradição que ganhou importância fazendo com que os locais deixem de ser simplesmente equipamentos utilizados pela população, para tornarem-se monumentos espaços de celebração e inscrição de uma dada memória, fabricada em certo período. A memória

[...] é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; [...] a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, cesuras ou projeções. (NORA, 1993, p. 09).

E o monumento tem o papel de reavivar as lembranças do morto, afastando-o da possibilidade do esquecimento, tranquilizando-o no tempo. Busca-se com isso, legitimar determinado passado homenageando personalidades políticas como presidentes, governadores, coronéis, deputados e exaltados como heróis nacionais, por meio de monumentos.

A palavra latina monumentum remete para a raiz indo-européia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos monumenta hujus ordinis [Philippicae, XIV, 41], designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o monumentum tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (LE GOFF, 1990, p.462).

Entende-se que os logradouros públicos se tornam monumentos visto que recordam práticas dos indivíduos que um dia teriam colaborado para a edificação de uma localidade. O logradouro público, por ser uma obra pública, dificilmente se desliga de seu caráter monumentalizante, tanto para quem fica como responsável pela sua construção, como para quem ele pode servir de tributo com sua designação.

Percebe-se deste modo, a partir do exposto acima que quem é, e o que é significativo para um país, estado, região ou cidade é, de certa maneira aludido na toponímia. Daí, o estudo dos nomes dos lugares possibilitar a investigação do modo de vida, a ideologia e os valores culturais dos indivíduos que viveram ou vivem numa certa região. No que se refere aos topônimos eles funcionam como representantes ou símbolos da identidade de um dado grupo.

O topônimo não pode ser considerado apenas como uma unidade léxica genérica porque recobre funções sintagmáticas, de verdadeiros enunciados modais. Vários fatores concorrem para sua manifestação e fixação como vetor, ou seja, o tempo da enunciação e a efetivação do uso, quando o nome entra, de fato, na corrente onomástica. Passa-se, assim, do plano expressivo ao cognitivo propriamente dito, que conduz aos planos informativo e afetivo; este estágio garante a manutenção do emprego, num continuum. (DICK, 2003, p.183).

Desse modo, os nomes estão intensamente associados com o trajeto de vida dos homens que edificam e residem nos lugares, com a ocupação e o desenvolvimento socioeconômico desses lugares e com a origem etnolinguística dos indivíduos. Assim, Lévi-Strauss observou que no Estado de Santa Catarina; as cidades de Joinville e Blumenau possuíam ruas com nomes alemães. Ou seja, podemos afirmar que os nomes desses lugares se constituem em testemunhos históricos do povoamento dessa região. E ele ainda deixou registrado em “Tristes Trópicos”, a prática dos fazendeiros doarem:

[...] terras a uma paróquia. Assim nascia um patrimônio, aglomeração colocada sob a invocação de um santo. Outros patrimônios têm um caráter laico, quando um proprietário decidia fazer-se povoador e mesmo plantador de cidade. Batizava, então, a cidade com o seu nome: Paulópolis, Orlândia; ou, por cálculo político, punha-a sob o patrocínio duma personalidade celebre: Presidente Prudente, Cornélio Procópio, Epitácio Pessoa [...]. (LÉVI-STRAUSS, 1957, p.116).

Nessa perspectiva, podemos dizer que Lévi-Strauss (1957) observou que diferentes vilas ou cidades nasceram ao redor de capelas, igrejas ou monumentos de religiosidade e, no decorrer do tempo, vieram a gerar municípios, revelando o feitio antropológico da fé de nossos antepassados, como também a importância e o poder da Igreja. Poder esse que excede aos domínios religiosos. Além disso, podemos afirmar que o ato de conceder terras aos bens de um santo era mais uma expressão dos vínculos entre as elites rurais - com seus negócios políticos e econômicos - e as construções materiais e simbólicas do catolicismo.

Também podemos afirmar que ao homenagear vultos municipais, os nomes dessas pessoas passam a fazer parte da história oficial da cidade. Bem como aquilo, que eles representaram em vida é congregado à identidade da sociedade a qual ele serviu para receber a homenagem. Assim, ruas, praças e monumentos com nomes de pessoas

conservam a memória coletiva do tempo passado e levam consigo sentidos que geralmente não são compreendidos, quando os lemos, ouvimos ou vemos andando pelos logradouros públicos de nossas cidades.

Segundo Nora (1993), há duas espécies de memória: uma memória tradicional (imediate) e uma memória modificada por sua passagem em história. À medida que a memória tradicional é apagada, nós nos sentimos obrigados a reunir indícios, depoimentos, documentos, representações, falas, impressões visíveis do que foi.

É por meio desta memória convertida em história, desta memória oficial, que se instituem os “lugares de memória”. Ainda segundo o autor, a alguns objetos é conferido uma importância enquanto símbolo, a fim de fortalecer, ou mesmo arquitetar, uma identidade coletiva e resguardar sua memória. Ainda de acordo com Nora (1993), esses lugares de memória existem na percepção material, funcional e simbólica. Eles são compreendidos como museus, cemitérios, arquivos, festejos, aniversários, monumentos, templos, clubes. Os lugares de memória surgem e existem do sentimento de que não existe memória espontânea, que é necessário produzir arquivos, que é necessário conservar aniversários, estabelecer comemorações, proferir exaltações fúnebres, pois essas intervenções não são naturais.

A memória é a capacidade de lembrar e resguardar circunstância de consciências passadas, ela é a junção entre a capacidade de perceber e o indivíduo que percebe, sendo inseparável de um filtro afetivo o qual, é modelado pelo social. Cada pessoa percebe a memória de uma forma, ela o faz inconscientemente elegendo informações que a cerca em razão de suas necessidades. A cada componente a memória e a inteligência impõem uma importância.

Mas, é a linguagem que possibilita exteriorizar e modelar a memória, pois a mesma retém ou armazena as informações. Maurice Halbwachs inventou, no ano de 1925, a expressão memória coletiva para defender que o social está inscrito na memória individual. Deste modo, a memória de qualquer indivíduo é social, pois seus quadros são feitos de conhecimentos os quais conjeturam uma significação e a visão de mundo de um grupo. A memória é um objeto de manuseio e de agenciamento político e ideológico.

Portanto, podemos afirmar que a leitura do tempo e do espaço nos possibilita conjeturar a respeito da dimensão da memória da cidade. Também é perceptível, que os nomes dados aos lugares fazem parte de uma disputa pela fala e pela memória, pelo interesse da coletividade a uma história própria, construída com suas próprias palavras.

As instituições e espaços que os indivíduos optam por nomear são retirados da memória social.

Santos (2008) afirma que há uma relação sentimental entre o lugar e o ato de nomear. Possibilitando-nos pensar as origens psicossociais dos nomes dos lugares.

Num mapa de cidades fugazes e errantes [encontrou] nomes que designavam também sonhos renovadamente dissipados pelos naufrágios fluviais e demais desastres da mãe-natureza, como Remate dos Males, Novo Lugar, Forte de Veneza, Talismã, Novo Amparo, Boa Esperança, Novo Destino, Novo Triunfo, Silencio de Cima, Novo Mirador, ultrapassada a tênue linha demarcatória daquelas 'ilhas da Consciência', já não havia mais espaço-tempo para as ilusões do progresso evolutivo. (HARDMANN, 2009, p.80).

Deste modo, os nomes dos lugares podem ser tomados como objeto cultural os quais concebem a si mesmos os conteúdos imaginários que se constituem em herança deixada a gerações futuras. Certeau (1994), ainda nos auxilia a refletir a respeito de toponímia ao estabelecer a diferença entre espaço e lugar. No tocante ao espaço, o autor afirma que o mesmo não é algo fixo, estático, estável, mas prático, mutável e em permanente movimento, pois ele é construído de vivências, de ações e de atos. Para isso, ele faz uma distinção entre o natural e o construído, percebendo que o espaço não está inscrito na natureza, ele se faz em interação com o ser humano em algum lugar. Esta idéia conforme Certeau (1994) aproxima o espaço da linguagem, já que provêm como possibilidade a partir de uma dada enunciação.

O espaço, do mesmo modo que a língua é relacional, subordinado a influência mútua do homem. Desse modo, podemos afirmar que o espaço é uma série de influências mútuas em uma determinada conjuntura, o que se assinala como uma prática social. Já, o lugar faz alusão

[...] a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do "próprio": os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar "próprio" e distinto que define . Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. (CERTEAU, 1994, p. 201).

Desse modo, duas coisas não podem ocupar o mesmo lugar, ao mesmo tempo, mas quando conseguem comunicar-se convertem o lugar em espaço, Conforme Certeau (1994, p.202), "[...] o espaço é um lugar praticado". Nesse sentido, usaremos esse modo de compreender o espaço, pois ela nos possibilita pensar a toponímia como fruto de certa

memória social. Daí a importância de compreendermos a mentalidade do nomeador como projeção do seu grupo social.

Portanto, depois de discutirmos a prática de nomear lugares passamos a nos questionar como os nomes dos lugares de uma cidade são escolhidos?

A nomeação de logradouros públicos é papel do Poder Público Municipal. Ou seja, geralmente um vereador apresenta um projeto de lei, na Câmara Municipal, esse projeto vai para Comissão de Legislação e Justiça para receber um parecer. E se aprovado ele vai para o Prefeito para sancionar ou vetar esse projeto de lei. Nesse sentido esses projetos de lei, quando são analisados, nos possibilitam investigar o que e quem são os homenageados, por conseguinte, escolhidos como alusão para os cidadãos. Bem como sua importância para a cidade e seus habitantes.

Nesse sentido, os espaços construídos e nomeados pelo poder público são capazes de contar histórias. Nomes de ruas, avenidas, praças, espaços públicos tornados privados pela imposição de um nome. O discurso do crível, ao nomear a cidade, transforma seus espaços em habitáveis. Os nomes são outorgados pelo governo da cidade. Essa administração fixa códigos, leis, propaga projetos e tenta desempenhar atos circunspectos nesses espaços urbanos, ou seja, eles são imaginados para a consolidação de práticas supervisionáveis.

Em outros termos, “Satura de significados alguns lugares e os reduz a eles, a ponto de os tornar irrespiráveis” (CERTEAU, 1994, p. 187). A nomeação dos logradouros públicos acaba estimulando uma relação de poder, a qual nos ajudará a interpretar a procedência do nome de um lugar bem como o propósito e o poder que se encontra por trás do ato de nomear um logradouro público. Nesse sentido, a cidade é um lugar de recordações, memórias, ausências e poderes.

Para o filósofo Michel Foucault (2003), uma sociedade sem relações de poder é uma ilusão. Para ele, a estrutura social, seria percorrida por inúmeras relações de poder, as quais não se centram somente em um local particular, pois são como uma força que permeia todo o corpo social. O poder não é apenas uma instância negativa, mas, também uma força produtiva capaz de produzir coisas, gerar prazeres, construir saberes e produzir discursos. As relações de poder se acham nas mais diferentes práticas sociais a exemplo dos nomes da cidade, aqui entendidos no aspecto de estarem atravessados por relações de poder. Neste sentido, a existência do componente poder se encontra na ação de escolher o nome dos lugares.

Deste modo, Oliveira e Isquierdo (2011), defendem que ao longo da história a Toponímia não tem registrado números expressivos de nomes femininos, fenômeno motivado por causas histórico-ideológicas que suplantam as discussões toponímicas. Também Nader (2007) se dedicou a investigar a busca da relação existente entre a discriminação de gênero e a terminologia de logradouros públicos da cidade de Vitória. No decorrer de sua pesquisa a autora percebeu que a discriminação pode se configurar de maneira astuciosa, insidiosa, quase que insignificante. Deslindar a discriminação mais sutil, menos visível ao senso comum, foi o propósito de seu trabalho.

A autora concluiu que duplicou a quantidade de logradouros públicos com nomes de mulheres na cidade de Vitória, após os anos 1970, levando em conta o período anterior. Entretanto, esse acréscimo do número de logradouros com nomes femininos, ainda não revela o fim da sub-representação feminina em analogia à quantidade de nomes de homens. Ao lado da inferioridade numérica de logradouros públicos com nomes de mulheres, há também a superioridade masculina, no que se refere ao porte e valor deles diante da população.

Assim, a partir dessas discussões percebemos que apesar dos representantes do poder público, serem representantes de homens e mulheres, no tocante a categoria dos antropônimos predominam topônimos com nomes masculinos. Nesse sentido, observamos que a cidade de Caicó não foge a essa regra.

As principais praças, avenidas e ruas consideradas de grande importância para o fluxo viário e atividades comerciais possuem nomes masculinos (Avenida Coronel Martiniano, Rua Renato Dantas, Praça José Augusto, Praça Dinarte Mariz e Praça Monsenhor Walfredo Gurgel). Assim, para termos uma idéia, no ano de 2006, dos 616 logradouros públicos apenas 89 tem denominação feminina. Ainda é importante destacar que as primeiras ruas com denominações femininas só surgiram no ano de 1973. Neste sentido, nos questionamos quem foram elas? E o que elas fizeram para ser homenageadas, com nomes de ruas?

O que se encontra por trás dos nomes das placas das Ruas Generina Vale e Júlia Medeiros?

Buscaremos aqui pensar Júlia Medeiros e Generina Vale a partir de um vai-e-vem entre o dado e o vivido, o individual e o coletivo. Um vai-e-vem no qual se registra o projeto de duas vidas, que recuperam sem cessar, diretamente ou indiretamente uma

série de acontecimentos que aqui se transformam em espécies de linhas com as quais teceremos a trama da vida de Júlia Medeiros e Generina Vale.

Segundo Félix, Moreira e Freire (1997), Júlia Medeiros provém de uma família de prestígio e poder no Seridó norte-rio-grandense. Ela era sobrinha do Padre Sebastião Constantino Medeiros, o mesmo ingressou na Companhia de Jesus em 1878 e entre 1882 e 1883, foi professor de português no Colégio Pio Latino Americano de Roma, vindo a falecer em 1886.

O padre era irmão de Antônio Cesino de Medeiros, o mesmo “[...] nasceu na Fazenda Umari, município de Caicó, propriedade de seus pais, em 1º de novembro de 1858, conhecido também por Tonho de Umari [...]”. (LAMARTINE, 2005, p. 65). Ele casou-se três vezes: sua primeira esposa chamava-se Ana Filgueira de Araújo Medeiros, a segunda Ana Amélia de Araújo Medeiros, e sua última esposa foi Otávia Benigna de Medeiros. Desses três matrimônios foram gerados 16 filhos. Júlia Medeiros é filha do segundo casamento, e nasceu em 31/08/1896. Sua mãe morreu em 1902, proveniente de problemas na gravidez.

Generina Vale, por sua vez, nasceu em Caicó, no dia 30 de outubro de 1897, era filha de Belmira Benigna Vale e Manoel Gonçalves de Medeiros Vale. Ela era sobrinha de Olegário Vale que esteve a frente do Poder Executivo de Caicó entre 1882- 1890, foi Comandante do Corpo da Polícia Militar, Delegado, advogado, abolicionista e republicano e redator do Jornal “O Povo”. Esse jornal era de propriedade de José Bernardo de Medeiros e foi utilizado por Manoel Gonçalves de Medeiros Vale, irmão de Olegário Vale e pai de Generina Vale para fazer propaganda do seu comércio a Casa Apolo e dos serviços prestados pelo mesmo, já que o mesmo além de comerciante também era advogado sendo incumbido “[...] de preparar todos os documentos precisos para o levantamento de empréstimos sob hipoteca de prédios urbanos e rurais, perante o Banco Emissor de Pernambuco. Podendo para isso ser procurado em sua casa de residência a Praça do Mercado nesta cidade”(MEDEIROS, 2009, p.173).

No entanto, Manoel Medeiros Valle morreu, em 1906, e a viúva Belmira Benigna Valle, conhecida por todos por D. Sinhá Vale, transformou sua casa em uma hospedaria, além de fornecer refeições a vultos destacados da cidade, a exemplo do padre e do Juiz de Direito da Comarca. E foi desse modo, que o Juiz de Direito Augusto Carlos de Vasconcelos Monteiro, conheceu a jovem Maria Valle, irmã mais velha de Generina Vale, casando-se com ela no dia 30 de março de 1911, antes mesmo dela completar 16 anos.

Em 1912, Augusto Monteiro foi eleito deputado federal e em 1914 foi transferido para o Acre para assumir o poder executivo daquele estado. Entretanto, em 09 de março de 1919 ele morreu em uma viagem de Manaus (AM) com destino a Natal, vítima da gripe espanhola.

Sua esposa que se encontrava em Goianinha, conforme o senhor Francisco de Assis Medeiros nos relatou “[...] enfrentou a tragédia de vir para Caicó como uma pessoa viúva [...]” e foi morar com sua mãe e os irmãos Olegário Valle e Generina Valle. Viúva e com duas filhas para criar, a exemplo de sua mãe, a mesma organizou-se para desempenhar o ofício de modista, chegando a ir “[...] a Recife exclusivamente fazer um curso de corte e costura” (ROCHA NETO, 2007, p. 106) e instalou um ateliê de alta costura em casa, sendo Generina Valle a responsável pelo trabalho burocrático. Segundo as irmãs Eldy Monteiro e Maria Euza Monteiro de Araújo, Júlia Medeiros:

[...] foi [...] às vezes manequim para D. Maria Vale, pois ela recebia muita costura de fora; as pessoas mandavam as medidas e como queria, e às vezes pra dar uma prova botava [...] em dona Julia. Dona Julia tinha o corpinho assim de uma pessoa “normal”.

Nesse sentido, podemos dizer que Júlia Medeiros e Generina Vale eram descendentes de famílias tradicionais, tiveram suas vidas marcadas pela orfandade, eram contemporâneas, amigas, solteiras e trabalhavam fora. Também não podemos deixar de ressaltar que elas podem ser compreendidas como figuras em transição. Ou seja, elas nasceram no final do século XIX, período em que os intelectuais e políticos se voltavam para colocar o país em compasso com o ritmo europeu realizando a passagem de uma sociedade dita tradicional, agrária e escravista para uma sociedade definida como moderna, urbana e capitalista. Assim, os impulsos de modernização nas primeiras décadas do século XX, compuseram um modo de vida diferente, que solicitava modificações e novas peculiaridades em todos os setores da sociedade, ou seja:

[...] a modernidade trouxe consigo novas formas de governar as cidades, os espaços, a vida das pessoas, seus corpos e seus movimentos. Ela trouxe também sua inconsistência entre os princípios de liberdade-igualdade e controle-conformação, pois, ao mesmo tempo em que pretendia liberar a sociedade, o indivíduo e a cultura de vínculos e tradições, fez funcionar minuciosas engrenagens e micro-poderes que passaram a agir sobre os sujeitos assujeitando-os segundo um modelo socialmente definido e aceito, a partir de várias instituições [...] (MAIA, 2007, p. 05).

Neste contexto, a antropóloga Regina Abreu discutiu a passagem de Miguel Calmon pela Escola Politécnica no final do século XIX, destacando a relação que o processo de modernização gerou na individualização dos sujeitos. Nesse sentido, ela

ênfatiou que na Europa medieval não existia escolas para crianças e o processo de socialização e de aprendizagem se dava durante a execução dos ofícios em conjunto com os adultos. Daí o aparecimento das escolas ser considerado um marco de intenção individualizante.

Elas vão constituir o espaço público onde crianças – indivíduos em formação – passariam a travar contato, se relacionar num mundo de indivíduos. Sob esse prisma, a escola foi se opondo à casa- espaço da hierarquia, onde a criança se encontra subordinada a uma ordem predeterminada [...] Nas sociedades modernas, a escola configura o primeiro passo para a longa trajetória dos indivíduos, fornecendo as chaves, introduzindo o aprendiz nas novas regras de um mercado onde indivíduos autônomos e livres terão que transacionar e disputar. No individualismo, a concepção de público foi cada vez mais distanciando-se [...] à de privado, e associando-se à idéia de um amplo mercado de circulação de indivíduos. (ABREU, 1996, p.89-90)

Neste sentido, a exemplo de Miguel Calmon, a ida de Júlia Medeiros para Natal e seu ingresso na escola pode ser vista como a “[...] passagem [da mesma] de um mundo hierarquizado (a família) para um mundo individualizado (a nação-coletivo de indivíduos)” (ABREU, 1996, p. 90). Já Generina Vale realizou seus estudos no Grupo Escolar Senador Guerra. É importante destacar que Caicó foi uma das primeiras cidades a ingressar na campanha de expansão da oferta de ensino, sendo contemplada com a construção do Grupo Escolar Senador Guerra. Apesar de ter sido um empreendimento do Prefeito Cel. Joel Damasceno, a construção viabilizou-se através de recursos estaduais. O Grupo Escolar Senador Guerra foi criado pelo Decreto nº 189 de 16 de fevereiro de 1909. Neste período quem ocupava o governo do Estado era Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, o qual atendeu o pedido do Cel. Joaquim Martiniano Pereira, então prefeito de Caicó. “Coube ao Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, na época exercendo interinamente o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública do Estado, instalá-lo solenemente”. (MEDEIROS, 2003, p.38). O Grupo Escolar começou a funcionar em 25-03-1909, nos salões da Intendência Municipal e no governo de José Augusto ganhou sede própria no ano de 1925 onde permanece até o presente momento.

Neste sentido, a partir do discurso de modernização a tarefa das escolas foi reformulada e designada a excitar valores tais como a condição própria de cidadão brasileiro, a disciplina, a força física, o trabalho, a moderação na alimentação e a moralidade, bem como ensinar assuntos usuais, a exemplo da matemática e da língua francesa, demonstrando, assim, que as escolas tinham a missão de preparar tanto profissionais habilitados, como sujeitos capazes de pôr os interesses da nação acima dos seus próprios interesses pessoais, necessários ao desenvolvimento da economia e à segurança da nação, ou seja:

Cabe às escolas formarem crianças fortes, sadias, esportivas, bem preparadas em matemática, francês, aptas a se tornarem engenheiros, técnicos, capitães da indústria, suficientemente inteligentes para transformarem o Brasil num grande país industrial, comercial, de 'homens práticos'. Emerge uma nova cartografia de saber baseada nos 'modos de produção capitalista', nos valores da ordem do capital, das 'semióticas monetárias', funcionando mediante um **modo de subjetivação** (OLIVEIRA, 2002, p.240, grifos do autor).

Assim, a partir dessa passagem, nos questionamos em um país que deveria ser formado por 'homens práticos', que lugar(es) as mulheres deveriam ocupar? Conforme José Murilo de Carvalho no Brasil, as mulheres não foram reconhecidas com a proclamação da República. Para isso, o autor faz uma comparação entre a representação da República na figura de uma mulher na França, onde ela é evocada a partir da figura de Marianne sendo no Brasil, freqüentemente, evocada a partir da figura de Maria; assim, no primeiro momento o autor discute a simbologia presente em Marianne e sua criação, possuindo como apoio algumas reproduções feitas por artistas franceses do século XVIII, para depois apresentar como essa reprodução da República-mulher se situou no Brasil.

O empenho inicial foi dos caricaturistas da imprensa periódica, a maior parte atraída pela República, porém os pintores positivistas foram os únicos a persistirem na experiência de empregar a mulher como símbolo patriótico, mas, como ocorrido na França, à representação feminina logo passou a ser empregada para chacotear a República. Também prontamente os caricaturistas brasileiros começaram a empregar a figura feminina para ridicularizar a República.

No nosso país, as inquietações em nome dos direitos das mulheres só vieram aparecer em meio aos grupos anarquistas das primeiras décadas do século XX, os quais exigiam, do mesmo modo como em outros países, melhores condições de trabalho e de vida. Neste sentido, as mulheres das primeiras décadas do século XX vão ganhando espaço e prestígio nas ruas, nas fábricas, nos escritórios e no comércio; o trabalho fazia com que elas conquistassem autonomia individual, autonomia esta que no século XIX era quase impossível de ser vivida, pois a mulher estava ainda "presa aos grilhões" masculinos. Entretanto, conforme Rago (1997), essa autonomia não era tão fácil assim de ser conquistada no início do século XX, já que

as barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial a intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como 'naturalmente masculinos'. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um 'bom partido' para casar e assegurar o futuro, e isso batia de

frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões (RAGO apud DEL PRIORI, 1997, p.581-582).

Diante dessa realidade, o ingresso da mulher no mercado de trabalho teve grande ímpeto sob suas expectativas de desempenho a partir do final do século XIX. Deixar o ambiente familiar para estudar ou para assegurar uma formação mais sólida de autonomia financeira e subjetiva, transformava-se em algo cada vez mais freqüente.

Ainda segundo Rocha Neto (2005), nas primeiras décadas do século XX, várias mulheres buscaram realizar uma revolução nas atitudes, exigindo a participação no espaço público, assim a luta feminina começou a ganhar força com o movimento das sufragistas.

Nesse sentido, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino conduzida pela bióloga Bertha Lutz e as sufragistas acharam no senador Juvenal Lamartine um aliado na batalha pelo voto. Assim, o movimento implicou numa lei que aprovava, no Rio Grande do Norte, o cadastro de eleitores sem diferença de sexo. Como decorrência, desse processo Júlia Medeiros se tornou a primeira eleitora de Caicó no ano de 1928.

Albuquerque Júnior (2001) ressalta que as transformações ocorridas no país, no início do século XX, comprometeu a visão dos homens da região Nordeste, acabando por restringir seu espaço de ação. Assim, nesse processo de mudanças sociais “[...] as mulheres começavam a ocupar lugares que antes não eram a elas destinados” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 97).

O autor ainda destacou que a urbanização e o peso de uma nova sociabilidade parece levar a diminuição dos espaços dos homens, ao mesmo tempo que os limites do mundo se abrem para as mulheres. Ou seja, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres passaram a ser mais reconhecidas por parte da sociedade. No entanto, não nos iludamos, pois o preconceito contra elas continuou por um longo tempo; mas, apesar do preconceito tornar o cotidiano delas bastante difícil, as mulheres, por exemplo, da elite e da classe média, que viviam nas cidades, passaram a encurtar as saias e os vestidos, a descobrir o pescoço e os braços, a usar cabelos mais curtos e tornar a silhueta mais delgada, seguindo, assim, as regras da moda francesa; com isso mulheres passavam a abandonar as roupas escuras, simples e bem-comportadas.

Iranilson Buriti de Oliveira ainda nos lembra que após a década de 1920, as mulheres em Recife começaram a realizar verdadeiras corridas “[...] às modistas, aos estilistas e aos magazines, obedecendo aos frêmitos do tempo presente e registrando o último sucesso em Londres ou Paris [...]” (OLIVEIRA, 2002, p.67). Em Caicó, como já discutimos acima, a mais renomada e procurada modista foi a senhora Maria do Vale

Monteiro, irmã de Generina Vale. Ainda é significativa afirmar que esse caminho da moda Paris/ Londres – Recife - Caicó representa o processo de passagem do antigo regime para o capitalismo industrial, no qual o Estado-Nação ocupou um lugar significativo, suscitando a necessidade de atrair mercados mundiais gerando uma forte circulação de traços culturais, que procedia dos países centrais, condutores do processo, e conseqüentemente possuidores de forte prestígio e ímpeto nas culturas locais. Ainda podemos dizer que a moda estava ligada, diretamente, aos ideais de liberdade de uma nova geração que lutava pela emancipação feminina.

Maria Julieta Dantas de Faria, sobrinha de Júlia Medeiros, nos revelou em entrevista, que sua tia ia ao Rio de Janeiro com certa freqüência visitar suas duas irmãs que moravam lá e possivelmente a sua amiga Bertha Lutz com quem a mesma sempre se comunicava por cartas.

Sua sobrinha ainda lembrou que uma dessas irmãs era modista e quando esta voltava do Rio de Janeiro sempre trazia roupas muito bonitas confeccionadas pela sua irmã, além de bolsas e sapatos de couro revestido com um tecido “diferente” para os padrões da época na cidade. Vestida assim, Júlia Medeiros ia ministrar suas aulas no Grupo Escolar Senador Guerra, freqüentava o Cine-Theatro Avenida, o Café Commercial, as praças públicas da cidade, recebia autoridades como a feminista Bertha Lutz e o presidente Getúlio Vargas, discursava em público e viajava.

Também é importante destacar que conforme relatos do Monsenhor Antenor Salvino de Araújo, Júlia Medeiros foi à primeira mulher em Caicó a usar costas nua e usar cor preta simbolizando luxo. Ou seja, ela pactuava com os deslumbramentos modernos de veneração ao físico, ajudada pelos feitos de independência empregados pelo discurso feminista.

Mas, o que defendia o discurso feminista? Conforme Perrot (2007, p.162) o feminismo, foi um movimento social que “[...] constituiu as mulheres como atrizes na cena pública, que deu forma a suas aspirações, voz a seu desejo. Foi um agente decisivo de igualdade e de liberdade. Logo de democracia.” O feminismo surgiu no final do século XIX, vindo se fortalecer entre as décadas de 1960 e 1970. Nesse sentido, podemos dizer que o feminismo é um movimento social que pregava a liberdade e a igualdade da mulher em relação à figura masculina.

O discurso feminista se constitui como uma ‘nova’ forma de dizer o feminino e o masculino de pensar as relações de gênero. Dentro dessa formação discursiva é possível ver diferentes maneiras de definir a mulher e o seu outro, geralmente, o masculino.(SILVA, 2005, p.108).

Ou seja, a feminilidade e a masculinidade não são determinadas naturalmente por relações biológicas, pois como nos lembra Michel Foucault (2003) em sua obra “História da Sexualidade: vontade de saber ” a sexualidade é um ‘dispositivo histórico’, ou seja, a sexualidade é uma criação social, que se forma historicamente por meio de muitos discursos sobre o sexo; discursos que têm o poder de estabelecer normas, de regular e de organizar saberes, produtores/construtores de “verdades”. Desse modo, questionamos: como as mulheres eram vistas pelo discurso feminista?

Segundo a historiografia, o discurso feminista exige que homens e mulheres possuam exatamente os mesmos direitos no trabalho, na família e na política. Para isso, há o combate à concepção de que a mulher é um ser inferior e submisso ao homem, ou seja, o discurso feminista defendia a liberdade e a igualdade com o homem; para isso, elas enfrentavam a segurança pública, e defendiam:

[...] uma mulher profissionalmente ativa e politicamente participante, comprometida com os problemas da pátria, que debatia questões nacionais [e que] certamente teria melhores condições de desenvolver seu lado materno (RAGO apud DEL PRIORI, 2001, p.590)

No entanto, apesar de todas essas transformações, ainda predominava na sociedade os valores masculinos. Assim, para os homens da mesma época as mulheres deveriam ser libertadas da categoria de escrava do lar, entretanto o seu campo de ação estaria restringido a este espaço, como esposa, mãe e dona-de-casa.

Também, nesse período é veiculada a “[...] idéia de incompatibilidade entre casamento e trabalho remunerado para as mulheres, ou entre a constituição biológica do corpo feminino para certas profissões e cursos de profissionalização [...]” (MAIA, 2007, p.24). Assim, as únicas mulheres que podiam exercer trabalho remunerado eram as solteiras, as viúvas e as casadas mediante a autorização.

Ainda devemos destacar que certas profissões eram vistas como indispensáveis ao ‘progresso social’ a exemplo, da profissão de professora que passou a ser considerada a mais apropriada para as mulheres. Nesse sentido, a mulher passou a ser considerada como meio potencial para o progresso, e como a grande responsável em aperfeiçoar a mais ilustre tarefa de sua vida: educar o indivíduo. Compreensão esta que vinha da forte necessidade de ordenar o Brasil.

Nesse contexto, a Escola Normal desenvolveu uma influente função na constituição e profissionalização feminina. Conforme Marta Maria de Araújo, a Escola Normal (1979) estava vinculada à questão do ensino primário, em razão do interesse pela

democratização da cultura e pela preocupação com o elevado índice de analfabetismo da população.

Compreendemos, desse modo, que a Escola Normal foi instituída com a finalidade de melhorar as questões educacionais, produzindo formas para solucionar a questão da necessidade de formação de professores, criando assim probabilidades das mulheres agirem no campo educacional. Deste modo, as professoras educadas nestes estabelecimentos de ensino, iriam desempenhar seu papel nas escolas primárias públicas.

Ainda é importante ressaltar que atuação da mulher no ensino primário só se deu em razão da docência ser vista como uma continuidade das funções domésticas. Assim, a profissão de Júlia Medeiros lhe impôs prestígio.

Ao concluir o curso a mesma retornou a Caicó com o projeto de fundar um externato para crianças. “Não tendo concretizado o seu desejo, tornou-se inicialmente professora particular na residência da irmã Julieta Medeiros, onde havia se hospedado”. (ROCHA NETO, 2006, p.54). Meses depois, foi aprovada no exame de admissão e entra para o quadro pedagógico do Grupo Escolar Senador Guerra, e começa a ensinar em 01 de julho de 1926. Juntamente com a professora Maria Leonor Cavalcante – co-autora do *Jornal das Moças (1926-1932)*². E, em novembro de 1926, ela assume a redação do jornal.

Também Generina Vale substituiu sua mãe na Agência dos Correios de Caicó e posteriormente segundo relatos das irmãs Eldi Monteiro e Euza Monteiro ela assumiu a gerencia do Banco Rural na década de 1940.

[...] a Assembleia Geral do Banco [...] corria, geralmente, no mês de março para analisar as contas do exercício anterior. Iolanda Dantas, nessa época, era a pessoa que trabalhava no Banco Rural[...] Era só ela e o Coronel Celso Dantas era o presidente. Mas Iolanda pediu pra sair e sugeriram Dona Generina para ser a gerente. Dona Generina assumiu em março a gerência do Banco Rural. Trabalhou até se aposentar [...].

É importante ainda ressaltar que Generina Vale também era solteira. A idéia de “solteirona” surgiu no final do século XIX, quando as mulheres passam a ocupar de modo mais ativo o mundo do trabalho remunerado, espaço até então ocupado pelos homens. A sociedade da época cobrava que “[...] toda mulher deveria se casar, caso contrário, ficaria no ‘caritó’”. (ROCHA NETO, 2002, p.66). Caritó era uma espécie de prateleira presente

² Fundado em 07 de fevereiro de 1926, se voltava para o público feminino.

nas residências sertanejas, onde eram guardados pequenos objetos passando a ser visto no imaginário popular como o local onde ficavam as mulheres que não casavam.

Conforme a historiografia local as mulheres, quando solteiras eram dependentes do pai, que escolhia com quem elas deveriam casar-se. Na ausência paterna, o irmão mais velho assumia esse papel. O matrimônio representava, para a mulher, uma provável emancipação a qual, na verdade, versava somente uma permuta de tutelas, do pai para o marido. Quando alguma mulher, de classe inferior, praticava relações sexuais antes do casamento essas, geralmente, caíam no mundo da prostituição. Já as mulheres de classes mais abastadas, passavam a ser discriminadas na sociedade e na família, constituindo-se como um ser infame. Ainda é importante ressaltar que havia diferentes normas de procedimento feminino.

No tocante, a educação Muirakytan Kennedy de Macedo (2005) ressalta que no ano de 1830, na Vila do Príncipe na escola das primeiras Letras só haviam 28 meninas matriculadas. Omitindo-se assim, uma educação voltada para o aprendizado dos afazeres domésticos e quando muito algumas noções de conteúdo escolar. Ainda é importante lembrar que no espaço escolar as meninas eram afastadas dos meninos. A demarcação dos espaços públicos era uma extensão da casa. Conforme Rocha Neto (2005, p.49), os espaços públicos admitidos “[...] às mulheres eram a igreja , quando havia cerimônias religiosas, casamentos, batizados e os eventos sociais, como os bailes, a festa de Sant’Ana”. Entretanto, apesar da igreja ser o espaço permitido às mulheres mesmo assim, existia segregação.

Na igreja, as mulheres sentavam do lado esquerdo, não podendo ter nenhuma atuação no que se referisse a ler, a distribuir comunhão, e auxiliar o padre nos rituais. Sua função era de zeladora, cantora, catequista, cuidando ainda dos objetos de cultos e paramentos. (ROCHA NETO, 2005, p.49).

Também encontramos tanto na historiografia local quanto na memória oral a idéia de uma educação baseada no recato, como falar baixo, vestir-se elegantemente, servir-se bem à mesa, sentar com as pernas juntas e não cruzá-las na igreja. Assim, a senhora Maria do Rosário Araújo Vale, afilhada de Generina Vale, lembra que quando ela tinha por volta de 12 anos a senhora Generina Valle dizia a ela que :

[...] [eu] tinha que sentar direito, que moça não era para ficar gritando na praça pois, eu já estava ficando uma mocinha . Eu dizia tia Generina é que eu estou brincando de barra bandeira. Aí a gente tem que gritar. Mas, ela dizia: ‘É muito feio, não grite mais não!’Aí, eu dizia então eu vou parar de brincar barra bandeira. Aí, justamente quando eu brincava na praça eu não gritava que era para ela não me ver gritando.

A partir desse relato constatamos que apesar da senhora Maria do Rosário Araújo Vale ter nascido no ano de 1958 D. Generina Vale, queria que sua afilhada possuísse a mesma educação que ela teve nas primeiras décadas do século XX. É importante destacar que Generina Vale nasceu em 1897 e cresceu no momento em que a República se estabelecia no Brasil, e com ela um padrão que ainda inseria uma moral que se baseava nos antigos conhecimentos e atitudes que colocavam a mulher no que seria o seu “devido lugar”. É também significativo ressaltar que tanto o sistema de idéias judaico-cristã como o positivismo definiram o padrão de comportamento feminino. Entretanto, podemos dizer que apesar de Generina Vale ter possuído juntamente com Júlia Medeiros, entre outras, uma educação voltada para submissão da mulher elas foram apresentadas, por Moacy Cirne, como mulheres fortes que ajudaram a tecer a história de Caicó.

Também é oportuno destacar que ambas morreram no ano de 1972 e foram homenageadas no ano posterior. A primeira foi Generina Vale conforme o ex-prefeito Francisco de Assis Medeiros não existia em Caicó nenhuma rua com nome feminino daí a idéia de renomear a Rua São José por Rua Generina Vale. O ex-prefeito ainda nos relatou em entrevista que a população foi informada aceitando de bom grado a alteração.

Entretanto, não é difícil encontrarmos pessoas em Caicó que na época e até hoje desconhecem quem foi a homenageada e as razões da alteração. Uma outra rua que teve seu nome alterado com nome feminino, no ano de 1973, foi a Rua 6 de Julho para Rua Júlia Medeiros. Conforme, o Senhor Aduino Guerra Filho nos relatou o mesmo morava nessa rua na época em que o nome foi alterado. Ele ainda nos informou que um dos seus tios construiu algumas casas daquela rua e em razão disso, disse um dia ao sobrinho: ‘Se eu fosse rico essa rua ia ter meu nome’. Podemos dizer que com essa frase o tio do senhor Aduino Guerra Filho atentou para o fato do poder público nomear os logradouros com nomes de pessoas que pertencem a burguesia e que se destacam na cidade por está conforme os paradigmas do poder político e econômico.

A partir desses dois casos também podemos constatar que a ausência de ruas com denominação feminina em Caicó até o ano de 1973 demonstra que a mulher não era considerada uma força construtiva do poder local. Também foi verificado que os topônimos anteriores eram um hagiopônimo e um historiotônimo, ou seja, nenhum dos dois topônimos homenageavam pessoas, no caso do sexo masculino. Ainda podemos dizer que o ex-prefeito ao alterar o topônimo Rua São José para Rua Generina

Vale possibilitou que uma das ruas principais da cidade de Caicó ganhasse denominação feminina.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégia de consagração no Brasil. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Limites do mando, limites do mundo: a relação entre identidades de gênero e identidades espaciais no nordeste do começo do século. **História: Questões & Debates**, n. 34. Curitiba: editora da UFPR, 2001. p. 89-103, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I**. Petrópolis, Vozes, 1994.

DICK, Maria Vicentina P. do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)**. São Paulo: ANNABLUME, 2003.

FELIX, Ezequiel; MOREIRA, Aldo; FREIRE, Francisca Daise Galvão. **Júlia Medeiros, peso na tradição, desejo de liberdade**. Caicó, (Monografia) – Departamento de Estudos Sociais e Educacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1997.

HARDMANN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna**. Editora: Editora da Unesp, 2009

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal. 2003.

GUERRA FILHO, Adauto. **O Seridó na memória de seu povo**. Natal (RN): Departamento Estadual de Imprensa, 2001.

_____. A história da professora Júlia Medeiros. *Jornal de Caicó*. Caicó, 16 de março de 2002.

LAMARTINE, Pery. **Coronéis do Seridó**. Natal: Editora: Nordeste Gráfica, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994, p. 423-483.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Lisboa, 1957.

MAIA, Cláudia de Jesus. **A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral: Minas Gerais 1890-1948**. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Brasília, 2007.

NADER, Penha Mara Fernandes, **A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos. Vitória (ES). 1970–2000**. Dissertação(Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2007.

ROCHA NETO, Manoel Pereira da. Júlia Medeiros: praticas múltiplas de uma mestra. In___: ARAÚJO, Ausônio Tércio; DANTAS, Maria; MEDEIROS, Maria das Dores, MACEDO, Muirakytan K. de. **Mestres do Seridó: memórias**, volume 1, Natal, RN:Uma, 2006

ROCHA NETO, Manoel Pereira da, MORAIS, Maria Arisnete Câmara. **Práticas de uma professora, sonho de um ideal: a contribuição de Júlia Medeiros na educação norte-rio-grandense** <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo6/386.pdf>>. Acesso em: 14/02/2012

- ROCHA NETO, Manoel Pereira da Rocha. **Jornal das Moças (1926-1932): Educadoras em manchete**. Natal, (Dissertação). Universidade do Rio Grande do Norte. 2002.
- _____. **A Educação da mulher norte-rio-grandense segundo Júlia Medeiros (1920-1930)**. Natal, (Tese). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.
- _____. **Júlia Medeiros: uma mulher a frente do seu tempo**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – São Luis, MA – 12 a 14 de junho de 2008.
- NORA, Pierre. Entre memória e história, a problemática dos lugares. In: **Rev. Projeto História**. São Paulo: 1993. n. 10.
- OLIVEIRA, Leticia Alves Corrêa de; ISQUERDO, Aparecida Negri. **A figura da mulher na toponímia sul-mato-grossense: questões histórico-ideológicas**. Extraído de : <http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=612>. Acesso em:27/07/2011
- OLIVEIRA, Iranilson Buriti. **Façamos a família a nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife moderno (décadas de 20 e 30)**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- RAMOS, Ricardo Tupiniquim. **Toponímia dos municípios da Bahia: descrição, história e mudanças**. Salvador, Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2006.
- SANTOS, Cláudio João Barreto dos. **Geonímia do Brasil: a padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios fluminenses**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, IGEO, 2008.
- SOUSA, Alexandre Melo de. **Como aplicar a toponímia em sala de aula**. II Jornada Nacional de Lingüística e Filologia da Língua Portuguesa (2008) – Evento Promovido pelo CIFEFIL/UFAC. <http://www.palpitar.com.br/download.php?file=COMO_APLICAR_A_TOPON%C3MIA_EM_SALA_DE_AULA.pdf>.

ENTREVISTADOS

- ARAÚJO, Monsenhor Antenor Salvino. Entrevista concedida a Cláudia Medeiros de Araújo. Caicó, 20 de março de 2012.
- DANTAS, Maria Julieta. Entrevista concedida a Cláudia Medeiros de Araújo. Caicó, 17 de março de 2012.
- FILHO, Adauto Guerra. Entrevista concedida a Cláudia Medeiros de Araújo. Caicó, 06 de março de 2012.
- MONTEIRO, Eldi. Entrevista concedida a Cláudia Medeiros de Araújo. Caicó, 16 de março de 2012.
- MONTEIRO, Euza. Entrevista concedida a Cláudia Medeiros de Araújo. Caicó, 16 de março de 2012.

FONTES

JORNAL DAS MOÇAS, 15/07/1927